



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal

Relatório de Controle Interno

Controladoria

Expediente

Governador do Distrito Federal

Ibaneis Rocha

Vice-Governadora do Distrito Federal

Celina Leão Hizim Ferreira

Diretora-presidente do Iprev-DF

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretora de Governança, Projetos e Compliance

Sylvia Neves Alves

Diretora de Administração e Finanças

Célia Maria Ribeiro de Sales

Diretor de Previdência

Paulo Henrique de Sousa Ferreira

Diretor Jurídico

Luiz Gustavo Barreira Muglia

Diretor de Investimentos

Thiago Mendes Rodrigues

Controladoria

Márcio Eduardo de Moura Aquino

Ouvidoria

Régia Marisol Hosana Silva Fernandes

Unidade de Atuária

Jucelina Santana da Silva

Unidade de Comunicação Social

Jucélio Duarte Ponciano

Elaboração

Rogério Correia

Diagramação

Unidade de Comunicação Social

SUMÁRIO

Introdução	5
Gerenciamento dos Pontos de Controle	6
Diretoria de Administração e Finanças	7
Contabilização da Receita	7
Contabilidade da Despesa	8
Unidade de Atuária	9
Avaliação Atuarial	9
Taxa de Administração do Regime Próprio de Previdência – RPPS	11
Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA	13
Diretoria de Previdência	15
Concessão de Aposentadoria/Pensões	15
Análise dos Atos de Concessão de Aposentadoria/Pensões	15
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR	16
Compensação Previdenciária – COMPREV	18
Controladoria	19
Monitoramento do Certificado	21
Das Ações de Monitoramento do Painel de Monitoramento Gerencial - PMG	22
Dos Registros no Sistema Gestão de Auditoria do Distrito Federal - SAEWEB	22
Diretoria de Investimentos	24

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR	24
Política de Investimentos	24
Carteira de Investimentos	25
Ativos Não Financeiros	26
Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN	26
Diretoria de Governança, Projetos e Compliance	29
Planejamento Estratégico Institucional	29
Certificação – Pró-Gestão	30
Mapeamento e elaboração de Manual de Processos	30
Conclusão	31

INTRODUÇÃO

A Lei nº 830 de 27 de dezembro de 1994, criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – SICON, em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”. A fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo.

A missão do controle interno é a de promover aos gestores informações em caráter de relevância para auxiliar na tomada de decisão, controlar processos no propósito de atingir as metas, além de resguardar à Administração na definição de suas responsabilidades com o fornecimento de análises, apreciações, recomendações, notas técnicas para garantir um controle efetivo sobre a Instituição.

As ações de controle interno do Iprev-DF são acompanhadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF por meio da Subsecretaria de Controle Interno – SUBCI/CGDF.

Por força regimental, dentre as obrigatoriedades da Unidade de Controladoria, cabe à proteção ao patrimônio público através de ações que criem estímulos à aderência às Políticas do Iprev, racionalização dos procedimentos e melhoria de processos e otimização da alocação dos recursos humanos, que incluem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade em respeito à Carta Magna.

A Controladoria do Instituto agrega em suas competências, além das atividades de controle, as atividades de Auditoria, Ouvidoria, Corregedoria e Gerenciamento de Riscos, unidade recém implantada por força de Decreto.

As ações de controle do Iprev-DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte da Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social, que tem entre outras funções a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da Legislação Previdenciária, além de depuração das informações encaminhadas por meio dos Demonstrativos Previdenciários onde é possível aferir a regularidade quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

O Controle Externo do Iprev-DF, é acompanhado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade. Um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime (art. 1º, inc. VI da Lei 9.717/1998).

Além dos controles anteriormente citados, o Instituto conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev-DF.

GERENCIAMENTO DOS PONTOS DE CONTROLE

Dentre as atividades de Controle Interno por meio da Controladoria cabe salientar os dispositivos regimentais que compõem o alicerce de controle interno bem como o propósito normativo de atender ao Decreto nº 34.367 de 16 de maio de 2013, que enumera as Diretrizes de Controle; Decreto nº 32.840 de 06 de abril de 2011 que sintetiza às ações de supervisão técnica e a orientação normativa da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal sobre as unidades setoriais de Correição, Auditoria e Ouvidoria integradas às estruturas organizacionais da Administração Indireta.

Deve-se levar a cabo a inclusão em estabelecer o mapeamento adequado, mensuração e mitigação de riscos com o propósito de eliminar qualquer entropia que possa comprometer a consecução das atividades delineadas.

Cumpra estabelecer entre a Alta Administração e demais níveis o comprometimento de todas as unidades deste Instituto que, a partir de suas mensurações e riscos, possa-se evitar e antecipar às eventualidades assim ocorridas.

Estas medidas visam a prevenção dos riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, fidedignidade e à precisão da informação contábil através de procedimentos de prevenção bem como detecção como iniciativa de proteger erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contabilizada.

Ao valer dos preceitos, o IPREV em sua norma regulamentar possui como condição sine-qua-non as funções de controle interno que devem se subdividir nos seguintes formatos:

- Plano Anual de Auditoria Interna;
- Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- Análise das Contratações;
- Gerenciamento de Riscos quanto à mitigação de erros;
- Ações de Ouvidoria e Controle Social;
- Ações de Correição e Procedimentos Administrativos.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria possui como estrutura regimental as Unidades interseccionais responsável pela gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, patrimônio, administração de materiais e serviços gerais.

Através dela são realizadas a gestão do capital humano da Instituição, plano de aquisições e/ou contratações, contabilidade geral com a elaboração de prestação de contas e a apresentação dos demonstrativos econômicos-financeiros, bem como o estabelecimento do planejamento orçamentário-financeiro com o acompanhamento da gestão do IPREV no que competem à elaboração de subsídios referentes ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

Contabilização da Receita

A Programação Financeira e a contabilização das despesas se encontram em Legislação aprovada para o exercício financeiro corrente, no qual possui disciplina com o Decreto nº 45.453 de 26 de janeiro de 2024 que dispõe sobre o cronograma mensal de desembolso mensal do Poder Executivo, cujo os empenhos possuem as dotações aprovadas por meio da Lei nº 7.377 de 29/12/2023 – Lei Orçamentária Anual – LOA 2024.

No 1º trimestre deste exercício as receitas se encontram em subdivisão com as seguintes contabilizações:

Tabela 1 - Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - UG 320201-32203

MÊS/ANO	SALDO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSF. FINANC RECEB	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSF. FINANC CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
Jan/2024	1.811.139,67	54,47	2.118.888,83	—	325,26	—	1.798.567,30	2.131.190,41
Fev/2024	2.131.190,41	15.712,89	—	—	1.346.561,95	—	15.816,32	784.525,03
Mar/2024	784.525,03	925.401,75	4.237.777,66	—	1.429.804,27	—	894,79	4.517.005,38

Tabela 2 - Fundo Solidário Garantidor - UG 320202-32203

MÊS/ANO	SALDO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSF. FINANC RECEB	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSF. FINANC CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
Jan/2024	4.191.788.616,01	16.087.518,27	1.604,34	—	—	1.604,34	—	4.207.876.134,28
Fev/2024	4.207.876.134,28	(718.645,37)	28.793,24	—	—	28.793,24	—	4.207.157.488,91
Mar/2024	4.207.157.488,91	74.642.918,65	12.198,79	—	—	15.198,79	—	4.281.800.407,56

Tabela 3 - Fundo Financeiro de Previdência do Distrito Federal - UG 320203-32203

MÊS/ANO	SALDO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSF. FINANC RECEB	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSF. FINANC CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
Jan/2024	685.659.963,75	396.262.832,99	619.750,47	1.707.519,90	95.817.416,15	1.963.567,32	398.857.747,02	587.611.336,62
Fev/2024	587.611.336,62	441.963.995,67	627.194,93	(1.316.334,89)	388.470.823,79	—	1.216.346,24	639.199.022,30
Mar/2024	639.199.022,30	415.910.466,22	1.169.487,00	259.082,25	437.692.397,52	3.927.134,64	721.309,62	614.197.215,99

Tabela 4 - Novo Fundo Capitalizado - UG 320206-32203

MÊS/ANO	SALDO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSF. FINANC RECEB	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSF. FINANC CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
Jan/2024	830.975.282,56	29.946.736,90	—	674.443,86	3.307,36	287.208,29	61.145,01	861.244.802,76
Fev/2024	861.244.802,76	28.548.897,57	—	—	42.340,59	49.634,79	—	889.701.724,95
Mar/2024	889.701.724,95	48.313.606,91	—	(674.443,86)	35.142,87	906.763,15	—	936.398.981,98

Contabilidade da Despesa

A Programação Financeira e a contabilização das despesas se encontram em Legislação aprovada para o exercício financeiro corrente, no qual possui disciplina com o Decreto nº 45.453 de 26 de janeiro de 2024 que dispõe sobre o cronograma mensal de desembolso mensal do Poder Executivo, cujo os empenhos possuem as dotações aprovadas por meio da Lei nº 7.377 de 29/12/2023 – Lei Orçamentária Anual – LOA 2024.

As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais compõem a Unidade de Gestão: 320203 que caracteriza o Fundo Financeiro de Previdência. A contabilização se refere ao exercício de 2024 com as seguintes descrições sintetizadas abaixo:

Tabela 5 - Despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais - UG 320203 - Fundo Financeiro de Previdência do DF

DESPESAS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	APOSENTADORIAS RPPS FINANCEIRO	APOSENTADORIAS COMPULSÓRIAS	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADE DE RISCO	APOSENTADORIAS E REFORMAS	PENSÕES RPPS FINANCEIRO	PENSÕES	AUXÍLIO-FUNERAL INATIVO
Jan/2024	R\$ 327.623.102,54	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 327.623.102,54	R\$ 76.950.853,38	R\$ 76.950.853,38	R\$ 487.863,69
Fev/2024	R\$ 367.000.429,27	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 367.000.429,27	R\$ 81.998.826,92	R\$ 81.998.826,92	R\$ 604.919,12
Mar/2024	R\$ 307.704.406,97	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 307.704.406,97	R\$ 75.102.724,85	R\$ 75.102.724,85 R	R\$ 614.557,89

TOTAL R\$ 1.238.087.684,63

Fonte: Balancete Contábil - SIAC/SIGGO

UNIDADE DE ATUÁRIA

A Unidade de Atuária têm como atributo a produção de estudos de tendências e cenários com a utilização de premissas atuariais para a produção dos estudos e avaliações.

A partir da elaboração de cálculos e estudos atuariais, apura-se o passivo previdenciário onde se verifica o impacto que possam causar ao Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal.

Os estudos atuariais criam subsídios para alteração e implementação de planos previdenciários para novos servidores, aposentados, e pensionistas, além de auxiliar na definição da Política de Investimentos do Iprev.

A meta atuarial para o exercício de 2024 é de 4,89% para o Plano Previdenciário e 4,79% para o Plano Financeiro, das quais, a previsibilidade de cumprimento com as obrigações futuras para que permaneçam de foram positiva sem afetar eventuais perdas que tragam deficit atuarial.

Avaliação Atuarial

A Avaliação Atuarial apresenta os resultados dos planos de benefícios previdenciários na data-base de 31 de dezembro de 2020, em conformidade ao que dispõe o art. 3º da Portaria/MF nº 464 de 19 de novembro de 2018.

A Lei Complementar nº 932 de 03/10/2017, apresenta a relação de servidores em 2 (dois) grupos:

Plano Previdenciário: abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 27 de fevereiro de 2019; e

Plano Financeiro: abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público até 27 de fevereiro de 2019.

De acordo com o encerramento do exercício de 2022, em 31 de dezembro de 2022, os Planos possuíam a seguinte constituição:

Tabela 6 - Servidores Ativos

TIPOS	ATIVO		TOTAL
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO	
Pensionistas	5.757 06	70.718	76.481

Gráfico 1 - Percentual de Aposentados e Pensionistas



Fonte: INOVE

Tabela 7 - Servidores Inativos ou Pensionistas

TIPOS	ATIVO		TOTAL
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO	
Pensionistas	5.757 06	70.718	76.481

Gráfico 2 - Percentual de Aposentados e Pensionistas



Fonte: INOVE

Taxa de Administração do

Regime Próprio de Previdência - RPPS

Os servidores ativos e o Distrito Federal contribuem para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 28,00%, respectivamente, sendo a contribuição do ente segmentada em 27,50% para o Custo Normal e 0,50% para a Taxa de Administração. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuem com uma alíquota de 11,00% de 1 salário-mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência e 14,00% incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

A composição de Receita de Contribuição dos dois Planos, desencadeiam-se no seguinte formato:

Tabela 8 - Receita de Contribuição - Plano Previdenciário

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO EM R\$	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA (R\$)
Servidores Ativos	Folha de salários	38.868.342,11	14,00%	5.441.567,90
Servidores Aposentados	Valor que excede o salário-mínimo	0,00	14,00%	0,00
Pensões	Valor que excede o salário-mínimo	17.678,73	11,00%	1.944,66
Distrito Federal – Custo Normal	Folha de salários	38.868.342,11	27,50%	10.688.794,08
Distrito Federal – Custeio Administrativo	Folha de salários	38.868.342,11	0,50%	194.341,71
TOTAL DE RECEITA				R\$ 16.326.648,35

Fonte: INOVE

Tabela 9 - Receita de Contribuição - Plano Financeiro

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO EM R\$	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA (R\$)
Servidores Ativos	Folha de salários	658.212.099,75	14,00%	92.149.693,96
Servidores Aposentados	Excedente ao salário-mínimo	514.230.775,76	12,23%	62.867.918,46
Pensões	Excedente ao salário-mínimo	78.191.956,52	12,03%	9.408.985,92
Distrito Federal – Custo Normal	Folha de salários	658.212.099,75	27,50%	171.096.175,42
Distrito Federal – Custo Administrativo	Folha de salários	658.212.099,75	0,50%	3.291.060,50
TOTAL DE RECEITA				R\$ 348.725.986,285

Fonte: INOVE

O Patrimônio do Plano Previdenciário corresponde ao somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluído a reserva administrativa. O quadro a seguir apresenta o valor do patrimônio alocado no Plano Previdenciário e sua respectiva data de apuração.

Tabela 10 - Patrimônio do Plano Previdenciário

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R\$	DATA DA APURAÇÃO
RENDA FIXA	416.913.823,61	31/12/2022
RENDA VARIÁVEL	37.741.590,10	31/12/2022
TOTAL	454.655.413,71	31/12/2022

Fonte: INOVE

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados.

As Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- **Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- **Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento que já foram concedidos pelo RPPS.

Tabela 11 - XXXXX

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	(89.762.157.787,88)
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)	(59.782.732.652,63)
Provisões Matemáticas (PMBAC + PMBC)	(149.544.890.440,51)
(+) Ativos Financeiros	121.118.890,59
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	—
DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL	(149.423.771.549,92)

Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial -DRAA

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, trata-se de documento exclusivo de cada Regime Próprio de Previdência Social – RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da Avaliação Atuarial.

O Quadro-Resumo do Iprev-DF mostra a comparação do atual exercício com os dois últimos exercícios encerrados, conforme exposição a seguir:

Tabela 12 - Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Descrição	2024	2023	2022
Quantidade de Segurados Ativos	9944	5575.00	4918.00
Quantidade de Aposentado	0	0	0
Quantidade de Pensionistas	11	6	5
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	5932.52	6971.90	5819.35
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	0	0	0
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	4789.58	3754.46	3719.04
Idade Média dos Segurados Ativos	37.40	36.66	36
Idade Média dos Aposentados	0	0	0
Idade Média dos Pensionistas	43.36	22.83	25
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	56.69	56.27	55.77
BASE TÉCNICA			
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO			
Método de Financiamento Adotado	56.69	Ortodoxo	Ortodoxo
RESULTADOS	56.69		
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	830975282.8	454655413.71	213607607.59
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	7809638.33	3277409.72	3431212.59
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	695323.72	283267.66	298659.92
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	7114314.61	2994142.06	3132552.67
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	4683199309	2711679310.67	3987032273.84
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	3979889392	2264980966.00	2300795197.92
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	703309916.6	446698344.67	1686237075.92
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	281687282.2	189817551.75	310745431.88
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0	0	0
Resultado Atuarial	402238333.7	194780478.73	1165016589.12
CUSTO NORMAL			
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)			
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	41.5	41.5	41.5
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	0	0	0
Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0	0	0
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS			
Ente Federativo - Contribuição Normal	27.5	27.5	27.5
Taxa de Administração	0.5	0.5	0.5
Parecer Atuarial			

Fonte: CADPREV/DRAA

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria de Previdência – Diprev é a Unidade responsável pela formulação de políticas públicas previdenciárias do Instituto através da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários que se encontram dispostos na legislação previdenciária.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de política de gestão e controle das bases de dados cadastrais previdenciárias além da prestação de informações ao Conselho de Administração no que seja pertinente dentre demais atividades de cunho previdenciário.

Concessão de Aposentadorias/Pensões

Durante o exercício de 2024, a Diprev por meio de suas Unidades Organizacionais realiza as concessões de aposentadoria e/ou pensões e no 1º trimestre deste ano possui o seguinte quadro abaixo:

Tabela 13 - ?????

MESES	APOSENTADORIA	PENSÃO	REVISÃO DE APOSENTADORIA	REVERSÃO
JANEIRO	99	39	—	01
FEVEREIRO	96	33	01	01
MARÇO	93	37	03	—
TOTAL	288	109	04	02

Fonte: CORED/DIPREV

Análise dos Atos de Concessão de Aposentadoria e Pensões

As análises referentes aos atos de concessão de aposentadorias e pensões em formato tempestivo, encontram-se previstas para o 2º segundo semestre deste exercício, das quais os registros constam, também, no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2024, conforme Processo SEI nº 00413-00004780/2023-64.

O Relatório de Auditoria Previdenciária no que compete a análise dos atos de concessão de aposentadorias e pensões do ano de 2023, com o escopo em análise de auditoria de conformidade se encontra disponível por meio do Processo SEI nº 00413-00002884/2023-34.

Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR

O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR6, trata-se de documento destinado a informações gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e possui exigência legal através da Portaria MPS nº 21/2013.

O DIPR só possui validade a partir do envio da Declaração de Veracidade pelo CADPREV-WEB e o Demonstrativo registra os valores arrecadados, bases de cálculos, dentre outras informações necessárias à verificação do caráter contributivo e dos recursos previdenciários dos RPPS.

De acordo com as informações, o DIPR referente ao 1º trimestre, traz em síntese, os seguintes registros:

Tabela 14 - ?????

Nº DE BENEFICIÁRIOS (SOMATÓRIO DAS FOLHAS DO ENTE E DA UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO			PLANO FINANCEIRO			TOTAL DO RPPS		
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR
Servidores	10.782	11.548	11.689	66.432	66.112	65.857	77.214	77.660	77.546
Aposentados	1	1	-	61.747	61.968	61.250	61.748	61.969	61.250
Pensionistas	8	8	8	13.826	13.826	13.665	13.834	13.834	13.697
Dependentes	4.191	4.250	4.407	50.762	50.467	50.453	54.953	54.717	54.860
INGRESSOS DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO			PLANO FINANCEIRO			TOTAL DO RPPS		
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR
Contribuições	30.093.051,60	31.993.102,01	32.711.338,86	381.906.078,22	375.799.599,84	391.506.580,71	411.999.129,82	407.792.701,85	424.217.919,57
Aportes				447.702.324,01	367.568.486,44	441.536.015,22	447.702.324,01	367.568.486,44	441.536.015,22
Parcelamentos							0,00	0,00	
Acréscimos legais de contribuições							0,00	0,00	
Contribuições relativas aos servidores cedidos ou licenciados							0,00	0,00	
Recebimento de compensação financeira				57.550.793,33	46.420.626,19		57.550.793,33	46.420.626,19	
Receitas líquidas de aplicações financeiras e investimentos	2.658.465,06	(212.730,04)	14.320.566,90	21.379.938,36	(42.804,94)	85.451.967,03	24.038.403,42	(255.534,98)	99.772.533,93
Rendimentos demais ativos				50.441,88	1.056.385,07	893.053,16	50.441,88	1.056.385,07	893.053,16
Outras Receitas							0,00	0,00	0,00
UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO			PLANO FINANCEIRO			TOTAL DO RPPS		
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR
Aposentadoria	7.556,28	7.556,28	7.556,28	741.277.375,66	705.640.293,21	713.510.043,82	741.284.931,94	705.647.849,49	713.517.600,10
Pensão por morte	39.951,26	31.191,68	34.449,30	108.547.473,56	108.358.962,98	108.254.978,01	108.587.424,82	108.390.154,66	108.289.427,31
Auxílio-Doença							0,00	0,00	
Salário-Maternidade							0,00	0,00	
Salário-Família							0,00	0,00	
Auxílio-Reclusão							0,00	0,00	0,00
Decisões judiciais (benefícios)							0,00	0,00	
Benefícios de responsabilidade do Tesouro							0,00	0,00	
Despesas Administrativas				1.042.617,25	1.366.250,15	1.610.038,50	1.042.617,25	1.366.250,15	1.610.038,50
Despesas com investimentos							0,00	0,00	
Restituições e outras compensações pagas							0,00	0,00	
Pagamento de Compensação Financeira							0,00	0,00	
Outras Despesas	487.863,69	604.919,12	0,00			614.557,89	487.863,69	604.919,12	614.557,89
RESULTADO FINAL	PLANO PREVIDENCIÁRIO			PLANO FINANCEIRO			TOTAL DO RPPS		
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR
Total de Ingressos	32.751.516,66	31.780.371,97	47.031.905,76	908.589.575,80	790.802.292,60	963.008.494,28	941.341.092,46	822.582.664,57	1.010.040.400,04
Total de Utilização	535.371,23	643.667,08	42.005,58	850.867.466,47	815.365.506,34	823.989.618,22	851.402.837,70	816.009.173,42	824.031.523,80
Resultado Final Apurado	32.216.145,43	31.136.704,89	46.989.900,18	57.722.109,33	(24.563.213,74)	139.018.876,06	89.938.254,76	6.573.491,15	186.008.776,24

Fonte: CADPREV/DIPR

Compensação Previdenciária

A Compensação previdenciária se encontra regulamentada por meio do Decreto nº 10.188/2019 de 20 de dezembro de 2019 que trata da diferença entre o Regime Geral de Previdência e os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios para a contabilização em conjunto com o tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

O saldo de Compensação Previdenciária compreende o somatório do fluxo mensal, acumulado e de estoque do Regime Geral de Previdência – RGPS em acordo com a Legislação, ao qual se elenca abaixo:

Tabela 15 - Compensação Previdenciária - COMPREV - Exercício 2023

MÊS DE COMPETÊNCIA	FLUXO MENSAL (1)				FLUXO ACUMULADO (2)				
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	13º FLUXO	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	SALDO
Janeiro	R\$ 21.649.767,74	R\$ (938.008,10)	R\$ -	R\$ 20.711.759,64	R\$ (104.837,74)	R\$ 20.606.921,90	R\$ 19.900.013,98	R\$ 2.755.232,80	R\$ 22.655.246,78
Fevereiro	R\$ 14.881.746,70	R\$ 1.026.769,15	R\$ -	R\$ 15.908.515,85	R\$ (113.323,77)	R\$ 15.795.192,08	R\$ 21.797.753,27	R\$ (326.897,14)	R\$ 21.470.856,13
Março	R\$ 21.800.790,39	R\$ (1.137.934,98)	R\$ -	R\$ 20.662.855,41	R\$ (113.323,77)	R\$ 20.549.531,64	R\$ 22.689.156,11	R\$ 0,00	R\$ 22.689.156,11
TOTAL	R\$ 58.332.304,83	R\$ (1.049.173,93)	R\$ -	R\$ 57.283.130,90	R\$ (331.485,28)	R\$ 56.951.645,62	R\$ 64.386.923,36	R\$ 2.428.335,66	R\$ 66.815.259,02

MÊS DE COMPETÊNCIA	ESTOQUE RPPS (3)					
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	SALDO DA COMPENSAÇÃO (1+2+3)
Janeiro	R\$ 342.550,05	R\$ 0,00	R\$ 342.550,05	R\$ -	R\$ 342.550,05	R\$ 43.604.718,73
Fevereiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 37.266.048,21
Março	R\$ 62.871,59	R\$ 0,00	R\$ 62.871,59	R\$ -	R\$ 62.871,59	R\$ 43.301.559,34
TOTAL	R\$ 405.421,64	R\$ 0,00	R\$ 405.421,64	R\$ -	R\$ 405.421,64	R\$ 124.172.326,28

Fonte: COMPREV/IPREV

CONTROLADORIA

A Unidade de Controladoria é responsável pelo controle interno, auditoria, correição, gestão de riscos e ouvidoria da Instituição. Cabe a Controladoria oferecer orientação preventiva aos gestores do Iprev na identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias de gestão com o propósito de correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e cumprimento de normas.

Cabe salientar que no 1º trimestre deste exercício foram realizadas as seguintes ações de controle:

Tabela 16 - Elaboração de Notas Técnicas pela Controladoria no 1º Trimestre

OBJETO	AÇÃO DE CONTROLE	PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO	VALOR DA CONTRATAÇÃO
Aditivo de reajuste contratual de vagas de garagem entre edifício Bonaparte	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 82 de 30/04/2024	R\$ 13.951,72
Prestação de Serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização com disponibilização de equipamentos	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 52 de 15/03/2024	R\$ 582.826,56
Acompanhamento de execução contratual entre Iprev e Imune Dedetizadora	Acompanhamento da execução contratual	DODF nº 154 de 16/08/2022	R\$ 9.800,00
Aditivo de reajuste contratual de utilização de permissão de uso de área livre para estacionamento	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 47 de 08/03/2024	R\$ 1.675,64
Contratação Direta para inscrições no 6º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS em Florianópolis-SC	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 45 de 06/03/2024	R\$ 2.280,00
Recebimento de pagamento indevido de Entidade	Análise de compensação de valores ressarcidos pela Entidade	Não se aplica	R\$ 44.113,70
Análise de pedido de reversão de aposentadoria voluntária	Análise do ato de reversão	Não se aplica	Não se aplica
Aditivo de prorrogação contratual e reajuste de prestação de serviços de avaliação atuarial	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 77 de 25/04/2024	R\$ 29.172,35
Aditivo para reajuste e prorrogação contratual de serviços de telefonia	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 09 de 12/01/2024	R\$ 32.819,39
Aditivo para prestação de serviços de uso de água e coleta de esgoto em regime de monopólio	Análise de conformidade de contratação		R\$ 48.000,00

A Controladoria, também, no 1º trimestre realiza o monitoramento da Auditoria Externa do Tribunal de Contas do Distrito Federal no tocante ao Ofício nº 06/2024 - SEGEM que trata do seguinte escopo de Auditoria a análise dos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social conforme autorização pelo Plano Geral de Ação – PGA 2024, aprovado pela Decisão nº 80/2023.

Das ações de controle referentes ao Controle Externo cabe destacar como registros **em caráter relevante** pela Controladoria.

Tabela 16 - Controle de Demanda de Controle Externo

DEMANDAS	QUANTIDADE RECEBIDA	CUMPRIDAS	EM FASE DE CUMPRIMENTO
TCDF	04	04	-
CGDF	02	-	02
Defensoria Pública	-	-	-
SSPREV - M	-	-	-
TOTAL	06	04	02

Fonte: COMPREV/IPREV

Registra-se, também, o monitoramento das Decisões da Corte de Contas do Distrito Federal no tocante às diligências exaradas pelo Tribunal no que competem as revisões de atos de concessão de aposentadorias e pensões.

No tocante à apresentação dos dados de Controle Interno, destaca-se:

- Participação na Audiência Pública – Fev/2024;
- Semana de Ambientação dos novos Servidores – Fev/2024;
- Apresentação ao Conselho de Administração quanto à execução orçamentária-financeira e demais atividades correlatas ao Controle na prestação de informações.

Monitoramento do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

O Iprev mantém como forma de controle, o monitoramento constante e contínuo sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. A regularidade permite a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios e ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União e da liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, de acordo com a Lei nº 9.717 de 1998.

O Certificado no fim do exercício de 2023, encontra-se REGULAR, conforme validade abaixo:

Imagem 1 - Certificado de Regularidade Previdenciária - CPR



Fonte: COMPREV/IPREV

Das Ações Relativas ao Painel de Monitoramento Gerencial - PMG

Para o exercício de 2024 a proposta da Controladoria no que concerne o Painel de Monitoramento Gerencial – PMG foi da realização dos seguintes Projetos para o Iprev, dos quais, registra-se:

- Projeto 1: Elaborar e publicar o Relatório de Controle Interno com periodicidade semestral;
- Projeto 2: Implantar a Gestão de Riscos no Iprev-DF.

Ambos projetos se encontram em andamento pela Unidade de acordo com os prazos estipulados pela Diretoria de Governança e Compliance.

Dos Registros no Sistema de Gestão de Auditoria do Distrito Federal - SAEWEB

A Controladoria do Iprev desde o fim do ano de 2023 no intuito de aprimorar os controles, obteve acesso ao Sistema de Gestão de Auditoria – Saeweb, Módulo 5, após reuniões com a Controladoria Geral do Distrito Federal para otimização do Modelo de Três Linhas de Controle – IIA, dos quais resultam neste 1º trimestre a ser discriminada abaixo.

De acordo com as informações, o DIPR referente ao 1º trimestre, traz em síntese, os seguintes registros:

Gráfico 1 - Dimensões de Controle Interno

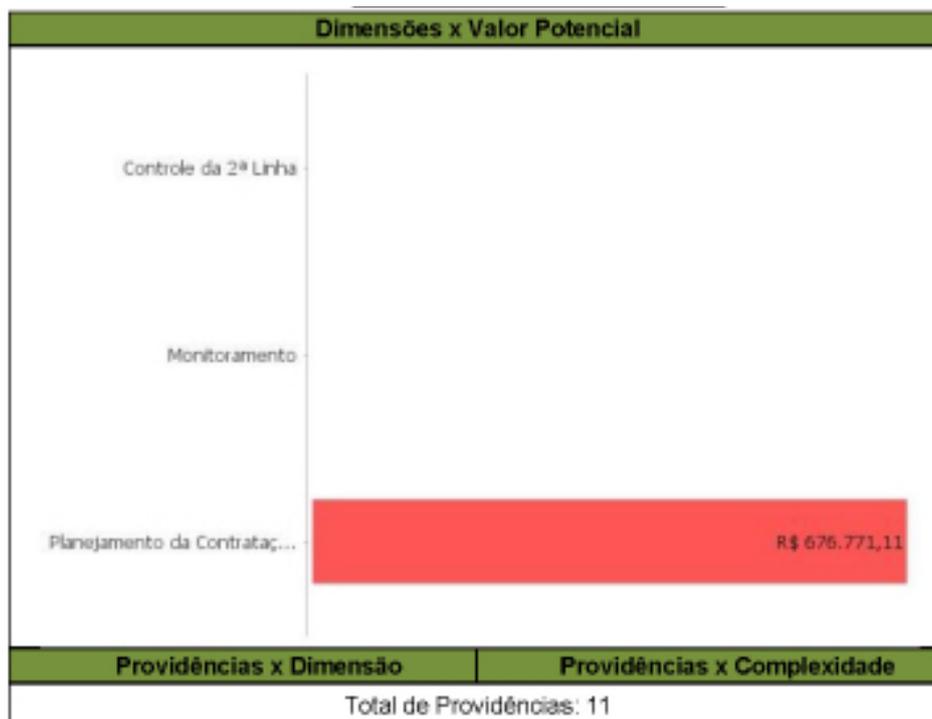
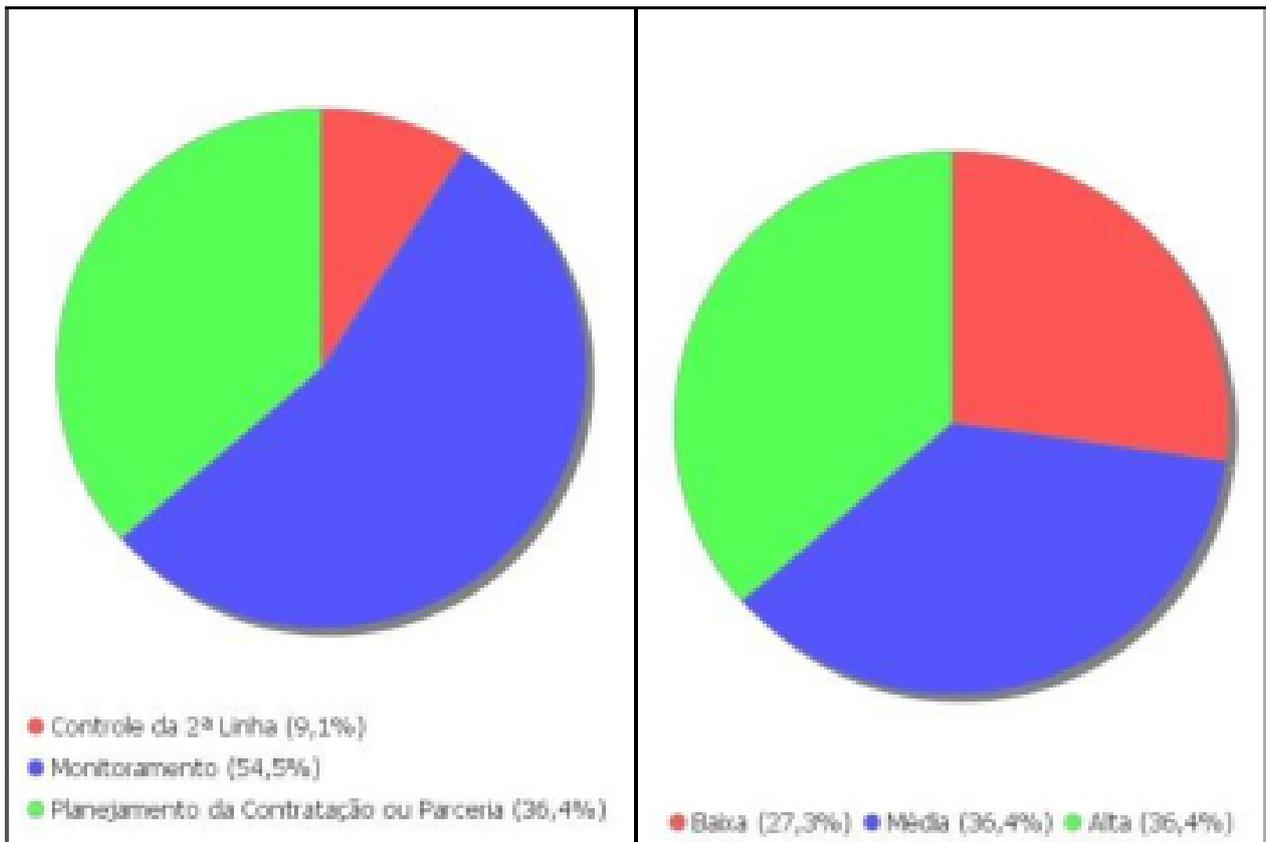


Gráfico 2 - ????????????????



DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos – Dirin coordena os recursos do Iprev-DF por segmentos de ativos conforme a pactuação na Política de Investimentos e das Deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – Ciar.

A Unidade realiza análise quanto ao cenário macroeconômico para observar os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo Iprev-DF além de propor a Política Anual de Investimentos e suas revisões para deliberação da Diretoria Executiva – Direx e do Conselho de Administração – Conad.

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR

O Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR apresenta mensalmente as informações sobre a carteiras de investimentos do RPPS além dos dados cadastrais do ente federativo, da unidade gestora do RPPS e seus respectivos responsáveis.

A apresentação do Demonstrativo neste Relatório irá proporcionar densidade longa, e diante da quantidade, sugere-se consulta ao sitio: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>. Entretanto, cabe registrar o total de recursos, assim discriminados abaixo:

Tabela 10 - Title

TOTAL DE RECURSOS DO RPPS PARA CÔMPUTO DOS LIMITES	R\$ 6.302.785.993,89
TOTAL GERAL DE RECURSOS DO RPPS	R\$ 7.339.173.142,34

Fonte: CADPREV/DAIR

Política de Investimentos

A Política de Investimentos se encontra regulada pela Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 que trata da organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social – RPPS. A Política contempla a adoção de métodos que possam promover a ampliação dos recursos através da utilização de fundos de investimento em observância aos critérios relacionados a boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico, experiência de atuação e outros destinados à mitigação de riscos.

A Política é elaborada e proposta pela Dirin e submetida à aprovação do Comitê de Investimento e Análise de Riscos onde será apreciada e aprovada pelo Conad.

A Política se encontra disponível no website do Iprev por meio do link: <https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Politica-de-Investimentos-2024.pdf>.

Carteira de Investimentos

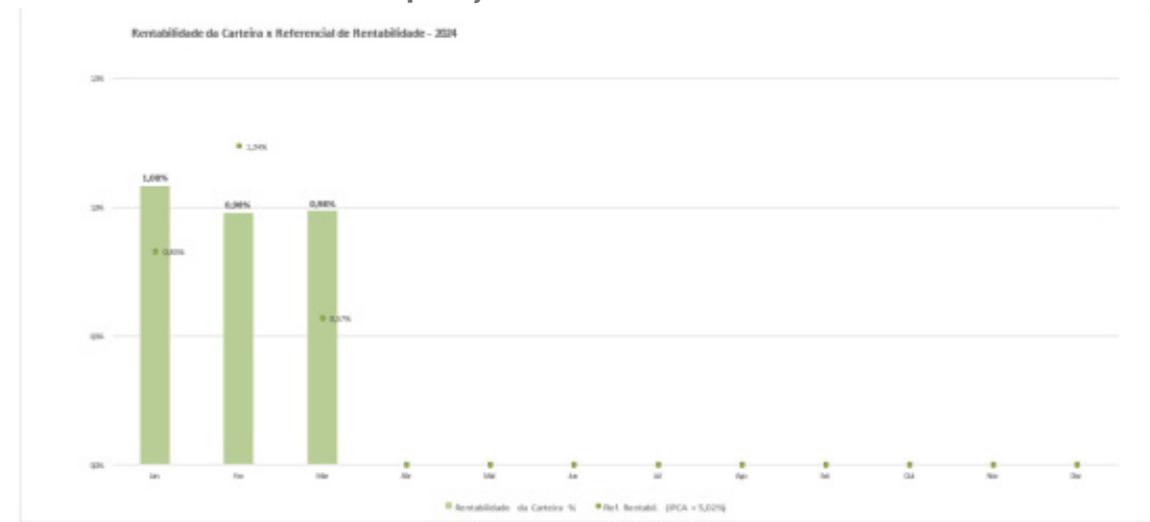
A Carteira de Investimentos, com posição no mês de março de 2024, traz os investimentos que foram realizados e suas capitalizações de acordo com a Política de Investimentos. De acordo com o mês de março, a carteira se encontra subdividida na

Gráfico 3 - Fundo Solidário Garantidor



Fonte: DIRIN/IPREV

Gráfico 4 - Composição da Carteira do FSG 1º SEM 2023



Fonte: DIRIN/IPREV

Total Geral do Ativos Financeiros	100%	78,62% R\$	5.771.368.808,35
Fundo Solidário Garantidor	73,23%	57,57% R\$	4.226.100.855,52
Fundo Financeiro	10,41%	8,18% R\$	800.608.699,24
Fundo Capitalizado	16,31%	12,82% R\$	941.122.012,09
Taxa de Administração	0,06%	0,05% R\$	3.537.241,50
FSG – Ativos Não Financeiros ¹	100%	21,38% R\$	1.569.700.392,79
Isôveis ²	66,15%	14,14% R\$	1.038.283.297,33
Ações do BRB (16,52% do capital do Banco) ³	33,85%	7,24% R\$	531.417.185,46
Carteira sob gestão do IPREV-DF		R\$	7.341.069.201,14

Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV

Ativos Não Financeiros

A Carteira de Imóveis é composta por 44 imóveis incorporados ao patrimônio pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG pela Lei Complementar nº 917/2016 e pela Lei Distrital nº 5.729/2016. Outras atividades que compõem os ativos não financeiros são de rentabilizar os bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor através de Participação Acionária, Dividendos e Juros sobre capital próprio das Estatais.

Demonstrativo das Políticas de Investimento - DPIN

O Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN dispõe sobre a aplicação dos recursos do RPPS mediante o envio à Previdência. No DPIN pode-se consultar os dados do ente, meta de rentabilidade e resumo analítico de diversas avaliações técnicas e suas estratégias conforme a Resolução nº 3922 do CMN e da Portaria MPS nº 519/2011.

A consulta pública ao Demonstrativo se encontra disponível através do website: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dpinV2/consultarDemonstrativos.xhtml> e a apuração referente ao exercício de 2023 se constitui no seguinte formato:

FUNDOS / PLANOS CONSTITUÍDOS		
CNPJ	NOME	NATUREZA
10.203.387/0002-18	Fundo Financeiro de Previdência dos Servidores do DF	Civil - Financeiro
33.863.225/0001-20	Fundo Capitalizado dos Servidores do DF	Civil - Previdenciário
10.203.387/0003-07	Fundo Solidário Garantidor dos Servidores do DF	Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples
10.203.387/0001-37	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do DF	Fundo Administrativo

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO											
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE NULL			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS	
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)			LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Renda Fixa	Titulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	100,00	1.668.215.017,27	33,08	10,00	20,00	100,00				
Renda Fixa	Fundos de Investimento - 100% Titulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	100,00	1.438.405.264,43	28,52	10,00	46,35	100,00				
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	60,00	1.140.504.344,00	22,61	0,00	18,00	70,00				
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b	5,00	71.072.911,40	1,41	0,00	1,41	10,00				
Investimentos no Exterior	Fundos de Investimento - Investimento no Exterior - Art. 9º, II	10,00	140.994.315,48	2,80	0,00	3,49	5,00				
Renda Variável	Fundos de Investimento em Ações - Art. 8º, I	30,00	402.178.445,50	7,97	0,00	7,00	40,00				
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimento Multimercado (FIM) - Art. 10, I	10,00	39.264.492,75	0,78	0,00	0,78	10,00				
Investimentos no Exterior	Fundos de Investimento em Ações - BDR Nível I - Art. 9º, III	10,00	57.031.345,79	1,13	0,00	1,00	10,00				
Fundos Imobiliários	Fundos de Investimento Imobiliário (FI) - Art. II	5,00	36.933.356,82	0,73	0,00	1,00	10,00				
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimento em Participações (FIP) - Art. 10, II	5,00	48.797.322,45	0,97	0,00	0,97	5,00				

ESTRATEGIAS DESCRITIVAS			
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATEGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATEGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Renda Fixa	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
Renda Fixa	Fundos de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
		Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
Investimentos no Exterior	Fundos de Investimento - investimento no Exterior - Art. 9º, II	Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
		Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
Renda Variável	Fundos de Investimento em Ações - Art. 8º, I	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
Investimento e Estruturado	Fundos de Investimento Multimercado (FIM) - Art. 10, I	Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
		Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
Investimentos no Exterior	Fundos de Investimento em Ações - BDR Nivel I - Art. 9º, III	Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
Fundos Imobiliários	Fundos de Investimento Imobiliário (FII) - Art. II	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimento em Participações (FIP) - Art. 10, II	Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	
		Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do BPPS	

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

A Diretoria de Governança, Projetos e Compliance é a Unidade responsável pelos projetos, ações estratégicas, monitoramento, avaliação de resultados do Iprev.

A Unidade estabelece o Planejamento Estratégico Institucional bem como a programação e acompanhamento de suas ações. Auxilia no desenvolvimento do Iprev, gestão de integridade e Compliance.

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico Institucional do Iprev se encontra em andamento com o início para o ano de 2021 e encerramento em 2025. O Mapa Estratégico foi aprovado para o quadriênio em 16/12/2020, através do processo nº 00413-00003261/2020-36 e se encontra com as seguintes características:

Imagem 2 - Title



Fonte: CADPREV/DIRIN

Certificação Pró-Gestão

Como parte do Planejamento Estratégico do Iprev, a Governança tem como meta promover a certificação pró-gestão do Iprev. Para isso, a Governança estabeleceu como meta nos projetos estratégicos a certificação pró-gestão. Como critério para alcance, houve a contratação de empresa credenciada pela Previdência Social por meio do processo nº 00413-00000583/2021-12 com a publicação do Contrato no DODF nº 212 de 12 de novembro de 2021, onde a entidade obteve a certificação em padrão nível II.

Atualmente a Instituição se encontra em reexame quanto ao nível de certificação por parte da Governança. A certificação incentiva os Institutos de Previdência a adotarem boas práticas de gestão onde possuem como funções basilares os Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

Esta certificação trata como um reconhecimento de que a Autarquia vem adotando as melhores práticas de gestão previdenciária, proporcionando um maior controle dos seus ativos e passivos com maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

Mapeamento e Elaboração de Manual de Processos

A Governança realiza o mapeamento e modelos de processos para produzir opções de gerenciamento e indicação dos processos de negócios. O mapeamento e elaboração de manual, possui disposição no próprio manual de pró-gestão desenvolvido pela Secretaria de Previdência.

Existem projetos em revisão que fazem parte dos projetos estratégicos para desenvolver padrões estabelecidos pelo pró-gestão. Atualmente são eles:

- Revisão de Aposentadorias;
- Concessão de Pensão;
- Revisão de Pensão;
- Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios e;
- Aposentadorias: compulsória, especial, invalidez e voluntária.

CONCLUSÃO

O Relatório de Controle Interno tem como objetivo identificar de forma sucinta as Unidades pertencentes ao Iprev no intuito de estabelecer os fatores-chave Institucionais; apresentação de Planos de Contas Contábil, dos Fundos Previdenciários, critérios de premissas atuariais, metodologia aplicada aos investimentos, critérios de Governança e Compliance.

Tem-se como propósito facilitar o Gestor quanto à tomada de decisão na melhoria de processos internos institucionais, ao passo de promover maior controle, transparência, eficácia administrativa, bem como antecipar aos riscos iminentes através de Planos de Contingenciamento. Ao utilizar estas ferramentas, há de se produzir maior interface na Gestão Previdenciária do Distrito Federal e conseqüentemente na criação de melhores serviços aos aposentados e pensionistas desta Autarquia Previdenciária.



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal